



Especificações de alimentos na chamada pública do programa nacional de alimentação escolar para atendimento de povos indígenas e comunidades tradicionais no Amazonas, Brasil

Augusto Teixeira da Silva Junior¹, Rosa Elvira Alarcón Yempén², Jussara Muniz Atanásio de Oliveira³, Iago Alfaia de Souza⁴, Sebastião Elias Moraes⁵, Thaís Rodrigues Nogueira⁶, André Bento Chaves Santana⁷

Resumo

O incentivo do Governo Federal para fornecer alimentos locais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), veio com a promulgação da Lei nº 11.947/2009, que determinou a utilização, de no mínimo, 30% dos recursos financeiros desta política pública para aquisição de alimentos da Agricultura Familiar. O processo de compra deve ser feito por chamada pública, no entanto, os nutricionistas, responsáveis técnicos das Entidades Executoras do PNAE vêm encontrando dificuldades na aplicação das especificações de gêneros alimentícios. O objetivo deste estudo foi avaliar as especificações de gêneros alimentícios na chamada pública para o PNAE destinada às escolas estaduais de áreas indígenas e em comunidades tradicionais da capital e do interior do Estado do Amazonas no ano de 2021. Foi realizado estudo exploratório-descritivo com abordagem mista, a partir da análise de editais emitidos pela Secretária de Estado da Educação e Desporto do Amazonas. Os resultados das análises mostram que o feijão, a banana e as polpas de frutas foram os mais detalhados na chamada pública. Quando avaliados os atributos gerais dos alimentos, os achados indicam não conformidades das especificações conforme a Nota Técnica nº 5007/2016. Verificou-se que 93,48% dos alimentos foram classificados com adequações insuficientes. Conclui-se que a maioria dos gêneros alimentícios descritos na chamada pública não estavam em conformidade com as normativas do PNAE. Estes resultados reforçam a importância da participação do nutricionista na gestão e execução do PNAE, especialmente no acompanhamento e na elaboração de chamadas públicas para aquisição de gêneros alimentícios, garantindo alimentos seguros e de qualidade aos escolares.

Palavras-Chave: Alimentação Escolar; Agricultura, Especificações Técnicas, Legislação, Política Pública.

Foodstuffs specifications in the public call of the national school feeding program for the service of indigenous peoples and traditional communities in Amazonas, Brazil.

The Federal Government's incentive to provide local food in the National School Feeding Program (PNAE) came with the enactment of Law No. 11,947/2009 which determines the

¹ Discente Nutrição, ISB/UFAM, Coari, AM, Brasil, djaugustojunior@gmail.com

² Discente Nutrição, ISB/UFAM, Coari, AM, Brasil, rosa.yempen.nutri@gmail.com

³ Discente Nutrição, ISB/UFAM, Coari, AM, Brasil,, jussaramuniz20@gmail.com

⁴ Discente Nutrição, ISB/UFAM, Coari, AM, Brasil, alfaiaiago@gmail.com

⁵ Discente Nutrição, ISB/UFAM, Coari, AM, Brasil, moraeseliassebastiao@gmail.com

⁶ MSc, Nutricionista, UFPI, Teresina, Brasil, thaisnogueiranutri@gmail.com

⁷ Professor Adjunto, ISB/UFAM, Coari, AM, Brasil, ibentoi@gmail.com.br



use of at least 30% of the financial resources of this public policy for the acquisition of food from Family Farm. The purchase process must be done by public call, however, nutritionists, who are technically responsible of the PNAE Executing Entities, have encountered difficulties in applying the specifications of foodstuffs. The aim of this study was to evaluate the specifications of foodstuffs in the public call for the PNAE destined to state schools in indigenous areas and in traditional communities of the capital and the inland of the State of Amazonas in 2021. The exploratory-descriptive study was carried out with a mixed approach, based on the analysis of public notices issued by the State Education and Sports Department of Amazonas. The results of the analyses show that beans, bananas and fruit pulps were the most detailed in the public call. When the general attributes of the food were evaluated, the findings indicate non-conformities of the specifications according to Technical Note No. 5007/2016. It was found that 93.48% of the foods were classified with insufficient adequacies. It was concluded that most of the foodstuffs described in the public call were not in compliance with PNAE legislation. These results reinforce the importance of the participation of the nutritionist's in the management and execution of the PNAE, especially in the monitoring and elaboration of public calls for the purchase of foodstuffs, guaranteeing safe and quality food for schoolchildren.

Keywords: School Feeding, Agriculture, Technical Specifications, Legislation, Food Supply, Public Policy.

1. Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destaca-se como uma das maiores políticas públicas brasileiras, abrange toda a educação básica pública, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação de jovens e adultos, além de entidades filantrópicas e comunitárias cadastradas pelo governo brasileiro (Verly-Junior et al. 2021; Araujo et al. 2019).

A garantia da alimentação adequada e saudável a todos os escolares matriculados na rede pública de ensino, a realização de ações de educação alimentar e nutricional, a universalização do atendimento aos alunos matriculados na rede pública da educação básica, a participação da comunidade no controle social e o desenvolvimento sustentável são diretrizes do PNAE (Verly-Junior et al. 2021; Araujo et al. 2019). Ademais, a oferta de alimentos nas escolas assegura o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), além de promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes (Verly-

Junior et al. 2021; Araujo et al. 2019).

Como forma de preservar os hábitos alimentares locais, o governo brasileiro através da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determinou que os gestores do PNAE utilizem, no mínimo, 30% do montante financeiro recebidos da União para aquisição de gêneros alimentícios do agricultor e do produtor familiar rural, os quais integram a Agricultura Familiar (AF) (Araujo et al. 2019; Brasil 2009; Bonduki e Palotti 2021). A AF é um modelo de desenvolvimento rural, de categoria heterogênea, que combina diferentes fatores produtivos com protagonismo da família em sua gestão e trabalho (Troian et al. 2020). No entanto, este modelo ainda apresenta limitações com problemáticas associadas à sua valorização e inserção em programas e ações de instituições, organizações e políticas públicas (Mattos, Irving, e Seabra 2021; I. Lopes, Basso, e Brum 2019; H. Ferreira, Alves, e Mello 2019; Elias et al. 2019).

Sendo uma estratégia fundamental no âmbito alimentar, a AF contribui com a SAN, a soberania alimentar e a conservação da agrobiodiversidade (J.



Ferreira et al. 2021), permitindo acesso a uma variedade de espécies incomuns de produtos alimentícios com perfis nutricionais e fitoquímicos importantes para a saúde e prevenção de doenças (Brasil 2020a), o que torna imperativo seu vínculo com programas associados a prevenção de agravos à saúde através da alimentação adequada e saudável. Além disso, a AF favorece a rentabilidade local, o seu desenvolvimento sociocultural e a sustentabilidade dos recursos naturais (J. Ferreira et al. 2021).

A aquisição de gêneros alimentícios da AF no âmbito do PNAE é realizada por meio de chamada pública, de acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que estabelece as normativas para os processos de compras de gêneros alimentícios com dispensa de licitação (Brasil 2009). A chamada pública é o procedimento adotado pelas Entidades Executoras (EEx) para aquisição de bens e serviços, assim como para compra de alimentos, os quais buscam atender os alunos da rede pública de ensino básico durante a permanência na escola, o que corresponde a 200 dias letivos, oferecendo refeições variadas, seguras e de baixo custo (Aguiar e Calil 2016). Nas chamadas públicas do PNAE devem constar informações sobre o objetivo da aquisição, fonte dos recursos financeiros, data, local e prazo de entrega dos documentos dos fornecedores, além de listar os alimentos a serem adquiridos e mencionar as especificações dos gêneros alimentícios, com destaque para a qualidade, higiene e o tipo de conservação, garantindo a transparência do processo e a qualidade dos produtos (Aguiar e Calil 2016).

A viabilização das compras de alimentos da AF é capaz de promover o direito de povos indígenas e comunidades tradicionais a terem acesso à alimentação escolar adequada alinhada aos seus processos de produção, cultura e soberania alimentar,

atrelada à SAN, geração de renda local, controle social e redução de gastos públicos para o transporte de gêneros alimentícios (Brasil 2020b).

O processo de compras públicas envolve uma série de instituições parceiras, as quais participam direta ou indiretamente da aquisição de gêneros alimentícios, distribuição, regulamentação e fiscalização do PNAE (Aguiar e Calil 2016; S. Santos, Sousa Costa, e Torres Paiva Bandeira 2016). O profissional nutricionista, responsável técnico pela alimentação escolar, tem participação decisiva nas etapas anteriormente citadas (Brasil 2009; 2013; Conselho Federal de Nutricionistas 2010). O não cumprimento das normativas do PNAE atrelado à ausência de informações a respeito dos gêneros alimentícios nas chamadas públicas ocasionam a presença de alimentos inadequados nos cardápios das escolas, além de surgirem custos desnecessários para o governo brasileiro, devido à aquisição errônea dos alimentos (Aguiar e Calil 2016).

O desenvolvimento da Nota Técnica nº 5007/2016/COSAN/CGPAE/DIRAE surgiu como uma solução para situações vivenciadas por nutricionistas responsáveis técnicos das EEx do PNAE, buscando apresentar os elementos principais que devem ser descritos nas especificações dos gêneros alimentícios a serem adquiridos (Brasil 2016a).

Diante do exposto, este estudo buscou avaliar as especificações de gêneros alimentícios descritos na chamada pública da AF e do produtor rural para o PNAE, para aquisições de alimentos destinados às escolas estaduais situadas em áreas indígenas e em comunidades tradicionais da capital e do interior do Estado do Amazonas no ano de 2021.

2. Material e Método

Trata-se de um estudo exploratório-



descritivo com abordagem mista do tipo "qual→ QUAN", a partir de análise documental (J. W. Creswell e J. D. Creswell 2021; J. Oliveira, Magalhães, e MisueMatsuda 2018). A abordagem mista vem sendo adotada na área interdisciplinar de pesquisa, com destaque para áreas de saúde e políticas públicas, pois, combina dados qualitativos e quantitativos no mesmo estudo, os quais aumentam as possibilidades analíticas (França et al. 2020; Lima et al. 2020; C. M. Oliveira, Oliveira, e Silva 2021). O desenho de estudo, exploratório-descritivo inicialmente parte da coleta de dados qualitativos, seguido da construção de parâmetros e atributos, de modo a direcionar a obtenção de dados quantitativos, utilizados para explicar determinados fenômenos através da análise e interpretação das informações (J. W. Creswell e J. D. Creswell 2021; J. Oliveira, Magalhães, e MisueMatsuda 2018).

Foram consultadas as chamadas públicas publicadas pela Secretária de Estado da Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC-AM) no ano de 2021, sendo estes documentos de domínio público e de livre acesso, disponibilizados no site <http://www.educacao.am.gov.br/servicos/chamada-publica-2-2/>. Inicialmente, foi realizada a leitura prévia de 5 (cinco) editais, posteriormente, foi selecionado 1 (um) documento que abordava a temática sobre a aquisição de gêneros alimentícios regionais, destinados às escolas estaduais indígenas e de comunidades tradicionais da capital e interior do Estado do Amazonas, atendendo 200 dias letivos do calendário escolar do ano de 2021.

Em seguida, todos os alimentos listados na chamada pública foram classificados segundo a Nota Técnica nº 5007/2016/COSAN/CGPAE/DIRAE, a qual determina os atributos mínimos para

especificação dos gêneros alimentícios a serem adquiridos, por meio de chamada pública e licitação por pregão presencial, destinados a alimentação escolar e, aloca os alimentos conforme sua origem de processamento: alimentos e produtos industrializados (Brasil 2016a). No entanto, o documento analisado abordava apenas a categoria "Alimentos", contemplando somente os alimentos *in natura* ou minimamente processados (Brasil 2016a).

A avaliação das especificações dos alimentos foi feita mensurando a totalidade dos atributos mínimos em que os alimentos se enquadravam, tais como 1) características desejáveis e peculiares: tamanho, textura, cor, aroma e aparência; 2) no caso de alimentos cujo o consumo requer cozimento prévio: informação sobre o rendimento, aspectos pós-cozimento, tempo de cozimento e características inaceitáveis e; 3) os alimentos que se enquadravam nos seguintes grupos: hortifrutigranjeiros, grãos, laticínios e carnes foram avaliados conforme seu grupo (Brasil 2016a). As classificações e os atributos utilizados na avaliação das especificações dos gêneros alimentícios padronizados por Silva Junior et al. (2021), foram aplicados conforme critérios mostrados no Quadro 1.

Os dados obtidos foram tabulados e organizados em planilhas eletrônicas, utilizando-se o programa *Microsoft Office Excel®*, versão 2013. Em seguida, foi realizada a análise descritiva dos dados para cada categoria de especificação em frequências absolutas e percentuais.

Esta pesquisa utilizou dados secundários de domínio público e livre acesso, os quais não mencionavam a participação ou identificação de indivíduos. Logo, conforme a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 publicada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), esta pesquisa não demanda de avaliação de Comitê de Ética em



Ciências da Saúde

Pesquisa com Seres Humanos (Brasil 2016b).

Quadro 1. Critérios adotados para a classificação das especificações de alimentos segundo a Nota Técnica nº 5007/2016/COSAN/CGPAE/DIRAE.

Classificação da especificação	Critério de classificação dos alimentos
Adequação satisfatória	Descreveu totalmente as especificações
Adequação insuficiente	Descreveu parcialmente as especificações
Adequação insatisfatória	Não descreveu as especificações

Fonte: Silva Junior et al. (2021) – Adaptado.

3. Resultados e Discussão

A partir da análise dos dados, observou-se que a SEDUC-AM por meio da chamada pública solicitou a aquisição de 92 gêneros alimentícios da

produção regional (Quadro 2). Dentre os itens listados, o feijão foi o gênero alimentício com a maior variedade verificada (6 itens), seguido pela banana (5 itens) e polpas de frutas, incluindo a polpa de açaí (5 itens).

Quadro 2. Listagem e descrição dos gêneros alimentícios presentes na chamada pública especial para rede estadual de ensino destinada à escolares indígena e de comunidades tradicionais no ano 2021. Amazonas, 2021.

Alimento	Síntese da descrição do gênero alimentício presente na chamada pública	Descrição satisfatória			Critérios
		Sim	Não	Parcial	
Abacate, Abacaxi, Azeitona, Manga	Polpas de coloração verde, amarela, roxa e verde, respectivamente. Produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X		<ul style="list-style-type: none">Características desejáveis e peculiares ao alimento, considerando, tamanho, textura, cor, aroma e aparência.No caso de alimentos cujo o consumo requer cozimento prévio: informar o rendimento e aspectos pós-cozimento, tempo de cozimento e características inaceitáveis.Descrição conforme legislação vigente, estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
Abiu, Abóbora, Açaí, Ariá, Bacaba, Banana inajá, Banana maçã, Banana pacovã, Banana prata, Batata doce branca, Beijucica, Beijucica, Buriti, Caiçuma doce, Camapu, Cará roxo, Crueira, Cubiu, Cucura, Goiaba, Guaraná, Jenipapo, Laranja pêra, Macaxeira, Mangarataia branca, Maracujá, Mari-mari, Melão, Melancia, Milho verde, Patuá, Pepino, Piquiá, Taperebá, Tomate, Tucumã, Tucupi sem tempero, Ucuqui	Produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X		
Acerola, Caju, Camu camu, Cupuaçu, Graviola	Polpas de coloração vermelha, produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X		



Ciências da Saúde

Alface crespa	Acondicionada em embalagem atóxica, produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X	
Biribá, Cacau, Ingá	Polpas de coloração branca, produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X	
Caldo de cana, Cana-de-açúcar	Produtos próprios para consumo humano, acondicionados em embalagens apropriadas.		X	
Cebolinha, Coentro, Limão taiti, Mamão papaia, Maxixe verde, Pimenta de cheiro, Quiabo	Produtos próprios para consumo humano, acondicionados em embalagens apropriadas, tudo em conformidade com a legislação em vigor.		X	
Cheiro verde	Composto por cebolinha verde, coentro e chicória. Produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X	
Pimentão, Repolho	Tipo verde, produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X	
Polpa de açaí, Polpa de caju, Polpa de cupuaçu, Polpa de goiaba, Polpa de maracujá	Fornecidos em embalagens com 1 kg, produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X	
Couve manteiga, Goma	Fornecidos em embalagens com 1 kg, produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X	
Farinha de babaçu	Seca, fina, isenta de matéria terrosa e parasitos, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, produto próprio para consumo humano.		X	
Pé de moleque, Pupunha, Uxi	Produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.			X
Castanha de aruá, Castanha do Brasil	Sem casca, produtos próprios para o consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X	
Farinha de mandioca amarela, Farinha de mandioca branca, Farinha de tapioca branca	Grossa e seca, fornecido em pacotes com 1 kg, isentas de matéria terrosa e parasitos, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, produto próprio para consumo humano.	X		

Ciências da Saúde

Galinha caipira, Pato	Produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X		<ul style="list-style-type: none"> Características de cor, aroma, sabor, textura, temperatura de conservação e transporte, registro de inspeção sanitária, ausência de sujidades, parasitas e larvas.
Filé de pescada	Sem pele, sem espinhas, congelado, isento de toda e qualquer evidência de decomposição, produto próprio para consumo humano.		X		
Filé de pirarucu fresco, Pirarucu salgado seco,	Sem pele, sem espinhas, isentos de toda e qualquer evidência de decomposição, produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X		
Ovo de galinha caipira	Classe A, acondicionado em embalagem apropriada, produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X		
Tambaqui	Sem cabeça, sem escamas, eviscerado, fresco, isento de toda e qualquer evidência de decomposição, produto próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada.		X		
Feijão calpi, Feijão de praia, Feijão phaseulas, Feijão vigna, Feijão vinagre	Tipo 1, fornecido em pacotes com 1 kg, produtos próprios para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.		X		<ul style="list-style-type: none"> Tipo, integridade, tamanho do grão, grau de maturidade, teor de umidade, ausência de sujidades, larvas e parasitas.
Feijão de corda	Fornecido em maço e acondicionado em embalagem apropriada.		X		

Quando avaliado as especificações dos gêneros alimentícios, de acordo com a Nota Técnica nº 5007/2016/COSAN/CGPAE/DIRAE, para alimentos *in natura* ou minimamente processados, nota-se que do total de 92 alimentos analisados, a maioria dos itens apresentou adequação insuficiente (93,48%) (Tabela 1).

A escolha dos gêneros alimentícios que irão integrar os cardápios oferecidos no PNAE, deve estar em consonância com a modalidade de ensino e ciclo de vida, que respeitem as recomendações nutricionais, tradições e hábitos alimentares locais, zelando pela variedade de alimentos e segurança higiênico-sanitária para o consumo (Araujo et al. 2019; Machado et al. 2020).

Uma alimentação saudável, completa e equilibrada, contribui para o desenvolvimento físico e biopsicossocial, no desempenho das atividades escolares e na permanência dos estudantes no ambiente escolar (Machado et al. 2020).

Segundo J. Santos et al. (2019), os alimentos ofertados pela AF devem apresentar características completas e adequadas e, em conformidade com os padrões higiênicos-sanitários estabelecidos a fim de prevenir riscos à saúde. A Resolução CD/FNDE nº 6 de 2020 enfatiza que deve haver uma rígida supervisão e fiscalização dos procedimentos de aquisição de gêneros alimentícios a fim de evitar irregularidades, as quais são frequentes, ficando sob responsabilidade do



Ciências da Saúde

Ministério de Saúde e dos Conselhos de Alimentação Escolar a devida

fiscalização (Brasil 2020a).

Tabela 1. Avaliação das especificações de alimentos segundo a Nota Técnica nº 5007/2016/COSAN/CGPAE/DIRAE. Edital de chamada pública especial indígena e comunidades tradicionais no ano 2021. Amazonas, 2021.

Especificações de alimentos	Descrição dos atributos gerais		Motivo ou Definição	Impacto das especificações
	Frequência absoluta (n)	Percentual (%)		
Adequações satisfatórias	3	3,26	-	-
Adequações insuficientes	86	93,48	Os gêneros alimentícios não apresentaram descrições precisas e/ou suficientes para as características desejáveis e peculiares de cada alimento.	Aquisição e recepção errônea de alimentos, oferecimento de refeições de baixa qualidade nutricional e higiênico-sanitárias aos escolares. Além do custo desnecessário do poder público com gêneros alimentícios que não respeitem as tradições e os hábitos alimentares locais.
Adequações insatisfatórias	3	3,26		
Total	92	100,00	-	-

Assim, o profissional nutricionista desempenha um papel crucial para execução do PNAE, sendo o responsável técnico para assumir várias atividades, tais como: a coordenação, direção, supervisão, e avaliação de todas as ações voltadas para a alimentação e nutrição, dentro do ambiente escolar (Troian et al. 2020). Além disso, o nutricionista é responsável pelo planejamento dos cardápios dos escolares, que devem ser adequados de acordo com as especificidades de cada localidade, levando em consideração a sazonalidade dos alimentos, a aceitabilidade dos escolares, a adequação nutricional e a disponibilidade financeira, pois os cardápios também são utilizados para a montagem do pedido de compra de alimentos para a execução do programa (Troian et al. 2020).

A AF traz resultados positivos, principalmente quando relacionada à produção dos alimentos básicos e, que permite equilibrar a balança comercial

no mercado de gêneros alimentícios adquiridos através desse setor (Mattei 2014). Os municípios e estados brasileiros adotaram uma gestão descentralizada capaz de adquirir alimentos da AF para o PNAE, mas ainda apresentam dificuldades distintas no cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 30% dos recursos financeiros para tais provisões (C. B. Oliveira, Fagundes, e Siqueira 2021).

O não cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 30% dos recursos financeiros para aquisição de alimentos oriundos da AF, a inadequação da composição nutricional do cardápio escolar, a baixa aceitabilidade, a baixa oferta de alimentos regionais e a maior oferta de alimentos industrializados são alguns dos problemas enfrentados pelas escolas da rede pública de ensino no Estado do Amazonas para a execução do PNAE (Moura et al. 2018; C. Santos et al. 2018; R. Oliveira et al. 2021; Silva Junior et al. 2021; A. Santos, Costa, e Ferreira 2021).



Por meio das compras governamentais, permite-se o desenvolvimento local, porém existem falhas importantes que limitam a eficiência do PNAE, sendo notórias as distorções na elaboração de editais e execução de compras sujeitas à desvios e outras formas de corrupção (B. Lopes e Doula 2019).

A maior proporção de alimentos *in natura* ou minimamente processados nas aquisições para a alimentação escolar pode indicar o alcance para promoção da alimentação adequada e saudável que são preditos dentro do PNAE, sendo este o subsídio para a promoção da saúde de escolares (Silva, Claudino, e Sousa 2020).

O PNAE no decorrer do tempo vem alcançando seus objetivos, apesar das limitações expostas, permitindo o fornecimento diário da alimentação dos alunos, além de promover a permanência discente na escola e, assegurar o fortalecimento da AF (Silva, Claudino, e Sousa 2020). Com todo o processo burocrático encontrado dentro do programa, os agricultores tentam se adequar e seguir com o fornecimento de produtos de qualidade para a merenda escolar (Silva, Claudino, e Sousa 2020).

4. Conclusão

Os achados apresentados nesse estudo indicam que a maioria dos gêneros alimentícios descritos na chamada pública para o PNAE, destinados aos escolares indígenas e de comunidades tradicionais da capital e do interior do Estado do Amazonas no ano 2021, não estavam em conformidade com as normativas vigentes.

A maioria dos alimentos listados na chamada pública analisada não apresentou descrições precisas e suficientes para as características desejáveis de cada item, de modo que esta lacuna pode resultar na aquisição e

recepção de alimentos de baixa qualidade e, com potencial risco para inadequações higiênico- sanitárias, que podem resultar em contaminação de ordem química e microbiológica.

Tais evidências reforçam a importância da participação do nutricionista responsável técnico na elaboração e no acompanhamento das chamadas públicas para a aquisição de alimentos seguros e de qualidade. A Nota Técnica nº 5007 de 2016 é um instrumento técnico fundamental para a efetividade da compra direta de produtos da AF com os melhores atributos e, que atendam às exigências de controle de qualidade preconizadas pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Por fim, ressalta-se a necessidade de novos estudos com foco na investigação das principais dificuldades existentes no planejamento das chamadas públicas que motivam o descumprimento das normativas do PNAE que regulam o processo de aquisição de alimentos da AF.

Agradecimentos

Agradecimentos à SEDUC-AM pela disponibilização na íntegra da chamada pública para a realização desta pesquisa.

Divulgação

Este artigo é inédito e não está sendo considerado para qualquer outra publicação. Os autores e revisores não relataram qualquer conflito de interesse durante a sua avaliação. Logo, a revista *Scientia Amazonia* detém os direitos autorais, tem a aprovação e a permissão dos autores para divulgação, deste artigo, por meio eletrônico.

Referências

Aguiar, Jeanice Azevedo, e Ricardo Moreira Calil. 2016. "Análise e avaliação das especificações dos



alimentos contidas em editais de chamadas públicas do PNAE". *Vigilância Sanitária em Debate* 4 (2): 79–87. <https://doi.org/10.3395/2317-269x.00580>.

Araujo, Lana Raysa Silva, Andrea Nunes Mendes Brito, Malvina Thais Pacheco Rodrigues, Márcio Dênis Medeiros Mascarenhas, e Regilda Saraiva Reis Moreira-Araujo. 2019. "Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos". *Cadernos de Saúde Pública* 35 (11): e00004819. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00004819>.

Bonduki, Manuel, e Pedro Palotti. 2021. "Entre Chicotes e Cenouras Orgânicas: Coerção e Cooperação na Implementação das Compras da Agricultura Familiar no Âmbito do Pnae". *Dados* 64 (4): e20190209. <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.4.251>.

Brasil. 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Lei nº 11.947*. Brasil: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm.

Brasil. 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Resolução/CD/FNDE nº 26*. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jun. 2013. Seção 1, p. 7. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30683767/do1-2013-06-18-resolucao-n-26-de-17-de-junho-de-2013-30683763.

Brasil. 2016a. Especificação de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Nota Técnica nº 5007/2016/COSAN/CGPAE/DIRAE*. Brasil: Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. <http://www.fnnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar?download=10015:nota-tecnica-n-5007-2016-cosan-cgpae-dirae-especificacao-de-generos-alimenticios-para-o-pnae>.

Brasil. 2016b. Dispõe sobre as normas aplicáveis as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis. *Resolução nº 510*. Diário Oficial da União, Brasília, 24 maio

2013. Seção 1, p. 44. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581.

Brasil. 2020a. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Resolução CD/FNDE nº 6*. Diário Oficial da União, Brasília, 12 maio 2020. Seção 1, p. 38. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>.

Brasil. 2020b. *Guia Prático: Alimentação escolar indígena e de comunidades tradicionais*. Brasil: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: MAPA/AECS, p. 129. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/publicacoes/projeto-mercados-verdes-e-consumo-sustentavel/guias/guia-pratico-alimentacao-escolar-indigena-e-de-comunidades-tradicionais/@@download/file/Guia%20Alimentacao%CC%A7a%CC%83o%20Indi%CC%81gena.pdf>.

Conselho Federal de Nutricionistas. 2010. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE). *Resolução CFN nº 465*. Diário Oficial da União, Brasília, 25 ago. 2010. Seção 1, p. 118-119. http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/DOU_465.pdf.

Creswell, John W., e J. David Creswell. 2021. *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 5º ed. Porto Alegre: Penso.

Elias, Lilian Pellegrini, Walter Belik, Marcelo Pereira Cunha, e Joaquim Jose Martins Guilhoto. 2019. "Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina". *Revista de Economia e Sociologia Rural* 57 (2): 215–33. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.171266>.

Ferreira, Helen Gonçalves Romeiro, Rodrigo Gomes Alves, e Silvia Conceição Reis Pereira Mello. 2019. "O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Alimentação e aprendizagem". *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro* 22 (44): 90–113. <https://doi.org/10.30749/2177-8337.v2n44p90-113>.



Ferreira, Jéssica Nunes, Helena Maria Pinheiro-Sant'Ana, Ceres Mattos Della Lucia, Reinaldo Duque Brasil Landulfo Teixeira, e Leandro de Moraes Cardoso. 2021. "Chemical Composition, Vitamins, and Minerals of Family Farming Biribiri (Averrhoa Bilimbi L.) in the Middle Doce River Region, Minas Gerais, Brazil". *Ciência Rural* 52 (3). <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20200816>.

França, Raiane Caroline Silva, Ana Tânia Lopes Sampaio, Alcivan Nunes Vieira, e Isabel Cristina Amaral Sousa Rosso Nelson. 2020. "A contribuição do Pronto Socorro Energético Hospitalar para a saúde do trabalhador". *Research, Society and Development* 9 (12): e14191210902–e14191210902. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i12.10902>.

Lima, Shirley Barbosa Ortiz, João Lucas Campos Oliveira, Rodolfo Benedito Zattar Silva, Josiane Souza Rosa, e Mara Regina Rosa Ribeiro. 2020. "Ferramentas da qualidade aplicadas à conferência do carro de emergência: pesquisa de métodos mistos". *Escola Anna Nery* 25 (2): e20200274. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0274>.

Lopes, Bruno Jesus, e Sheila Maria Doula. 2019. "Deficiências no Processo de Compras Governamentais do Programa Nacional de Alimentação Escolar e seus Impactos no Desenvolvimento Local". *Desenvolvimento em Questão* 17 (48): 175–92. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.48.175-192>.

Lopes, Indaia Dias, David Basso, e Argemiro Luís Brum. 2019. "Cadeias agroalimentares curtas e o mercado de alimentação escolar na rede municipal de Ijuí, RS". *Interações (Campo Grande)* 20 (2): 543–57. <https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1773>.

Machado, Júnia Maximiano Santos, Izabela Almeida Martins, Michelle Paula Rodrigues, Larissa Gomes Figueiredo, Raquel França Ferreira Mendes, Júlio Luiz Vieira, Eric Liberato Gregório, e Daniela Almeida Amaral. 2020. "Análise da composição nutricional do cardápio oferecido aos pré-escolares nas escolas da rede municipal de ensino de Conceição do Mato Dentro–MG". *Brazilian Journal of Health Review* 3 (3): 5139–52. <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-092>.

Mattei, Lauro. 2014. "O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo". *Revista Econômica do Nordeste* 45 (5): 83–92.

Mattos, Cristiane Passos, Marta Azevedo Irving, e Lília Santos Seabra. 2021. "Significados da agricultura familiar pela perspectiva local: o caso da Associação dos Agricultores Familiares de São Pedro da Serra (Rio de Janeiro, Brasil)". *Interações (Campo Grande)* 22 (1): 225–41. <https://doi.org/10.20435/inter.v22i1.2688>.

Moura, Anna Caroline Santos, Lisandra Vieira Rosas, Ronaldo Almeida, Oderlane Silva Braulio, e Renato Abreu Lima. 2018. "Análise e perspectivas da alimentação em três escolas de ensino público em Benjamin Constant - AM, Brasil". *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological* 5 (3): 107–21.

Oliveira, Cassia Bonfim, Andhressa Araújo Fagundes, e Renata Lopes Siqueira. 2021. "Aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar segundo regiões brasileiras: uma revisão". *Research, Society and Development* 10 (3): e31610313346. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13346>.

Oliveira, Catia Martins, Ana Lucia Carvalho Oliveira, e Bianca Ramos Marins Silva. 2021. "Avaliação de desempenho do processo de descentralização das ações de Vigilância Sanitária no Estado do Rio de Janeiro". *Research, Society and Development* 10 (7): e35110716070. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16070>.

Oliveira, João Lucas Campos, Ana Maria Müller Magalhães, e Laura Misue Matsuda. 2018. "Métodos mistos na pesquisa em enfermagem: Possibilidade de aplicação à luz de Creswell". *Texto & Contexto - Enfermagem* 27 (2): e0560017. <https://doi.org/10.1590/0104-070720180000560017>.

Oliveira, Rainara Souza, Aline Pereira Penha, Raquel Peres Oliveira, Luziane Bastos Oliveira, e Gustavo Bernardes Fanaro. 2021. "Análise do cardápio fornecido aos discentes do ensino fundamental em um município do Amazonas". *Revista Eletrônica Acervo Científico* 18 (janeiro): e5610. <https://doi.org/10.25248/react.e5610.2021>.

Santos, Andrezza Martins, Elvies Fadoul Costa, e José Carlos Sales Ferreira. 2021. "Avaliação dos cardápios quanto a composição nutricional de escolas municipais da área urbana e rural da cidade de Manaus". *Research, Society and Development*



10 (7): e25810716687.
<https://doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16687>.

Santos, Carla Tainara Ferreira, Lisandra Vieira Rossas, Alcinei Pereira Lopes, Agno Nonato Serrão Acioli, e Renato Abreu Lima. 2018. "A alimentação escolar no ensino básico em escolas públicas de Tabatinga-AM". *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological* 5 (2). <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/1593>.

Santos, Jaliana Holanda Nascimento, Olga Maria Alencar, Tereza Emanuelle Silva Costa, Thayza Miranda Pereira, e André Furtado Alves. 2019. "Segurança sanitária dos alimentos fornecidos pela agricultura familiar em Itapajé, Ceará: Desafios para vigilância sanitária". *Cadernos ESP - Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará* 13 (2): 158–78.

Santos, Sérgio Ribeiro, Maria Bernadete Sousa Costa, e Geovanna Torres Paiva Bandeira. 2016. "As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE)". *Revista de Salud Pública* 18 (2): 311–20. <https://doi.org/10.15446/rsap.v18n2.41483>.

Silva, Edilza Silva Souza, Livio Sergio Dias Claudino, e Rosângela Socorro Nogueira Sousa. 2020. "Análise de compras institucionais da agricultura familiar para a alimentação escolar no município de

Acará, Pará". *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento* 13 (1): 41–61. <https://doi.org/10.18542/raf.v13i1.8000>.

Silva Junior, Augusto Teixeira, Amanda Forster Lopes, Kemilla Sarmento Rebelo, e André Bento Chaves Santana. 2021. "Avaliação de compras públicas e especificações de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município no interior do Estado do Amazonas, Brasil". *Research, Society and Development* 10 (8): e30010817213. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17213>.

Troian, Alexandre, Alessandra Troian, Sibeles Vasconcelos Oliveira, e Josiane Castro Pereira. 2020. "Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar". *Revista de Economia e Sociologia Rural* 58 (3): e204558. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.204558>.

Verly-Junior, Eliseu, Dayan Carvalho Ramos Salles Oliveira, Rafael Lavourinha Pinto, Emanuele Souza Marques, Diana Barbosa Cunha, e Flávia Mori Sarti. 2021. "Viabilidade no atendimento às normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua relação com custo dos cardápios". *Ciência & Saúde Coletiva* 26 (2): 749–56. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.01012019>.